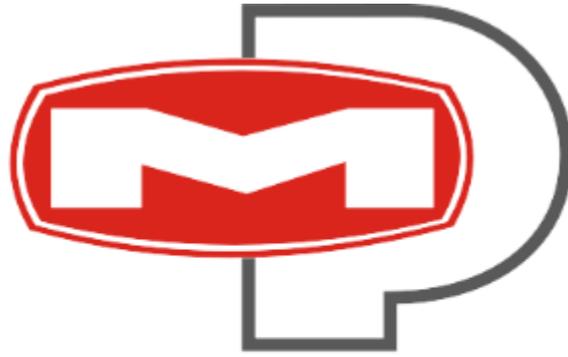




MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES
2018



MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

MISSÃO

Administrar planos de benefícios previdenciários com transparência, probidade e profissionalismo.

VISÃO

Buscar a excelência na gestão e administração de planos de benefícios previdenciários.

VALORES

Eficiência – Ética – Probidade – Transparência

Sumário

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA	3
PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS.....	4
GESTÃO PREVIDENCIAL	4
POPULAÇÃO DO PLANO	4
BENEFÍCIOS PAGOS.....	4
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	4
PROVISÕES MATEMÁTICAS	4
RESULTADO DO PLANO.....	4
AVALIAÇÃO E PARECER ATUARIAL.....	4
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	5
DESEMPENHO DOS ATIVOS	5
PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS	6
RENTABILIDADE DOS ATIVOS.....	7
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	7
PLANO CD DE BENEFÍCIOS.....	9
GESTÃO PREVIDENCIAL	9
POPULAÇÃO DO PLANO	9
BENEFÍCIOS PAGOS.....	9
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	9
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9
RESULTADO DO PLANO.....	9
PREMISSAS ATUARIAIS.....	9
GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	10
DESEMPENHO DOS ATIVOS	10
PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS	10
RENTABILIDADE DOS ATIVOS.....	10
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	11
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	12
DESEMPENHO DOS ATIVOS	12
OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	13
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA	13
SALDAMENTO DO PMB	13
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS	15
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	27
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	28

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA



Os últimos anos foram desafiadores para a Mendesprev, porém, são nos desafios que encontramos oportunidades de superação e reinvenção. Em 2018 não foi diferente, por isso, foram adotadas medidas de adequação as novas especificidades da Entidade. Foi implantada a nova tábua de mortalidade, mais longa e adequada às características atuais do Plano Misto de Benefícios - PMB.

Foi realizado o saldamento, que consiste no fechamento do Plano Misto de Benefícios - PMB. O saldamento é a alteração do regulamento que significa calcular o benefício futuro dos participantes ativos, em função da interrupção do fluxo de contribuições normais feitas pelos participantes e patrocinadoras. Salientamos que os direitos dos participantes que recebem benefícios de aposentadoria, pensão por morte e os optantes pelo benefício proporcional diferido - BPD, permanecem inalterados.

A governança foi aprimorada em todos os processos decisórios da Mendesprev, atuamos fortemente para a modernização do monitoramento de riscos e executamos um rígido controle das despesas administrativas.

Pre vemos que 2019 também será um ano de muitos desafios a serem superados. Temos conhecimento dos obstáculos que virão e as melhores formas de enfrentá-los. Continuaremos com os nossos compromissos relacionados aos princípios de promover uma administração transparente e eficiente dos recursos dos nossos planos de benefícios.

Apresentamos o Relatório Anual do exercício de 2018, contendo informações e apresentação dos resultados dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa da Mendesprev.

Agradecemos a confiança e reiteramos o nosso compromisso com a boa governança.

Saudações,

DIRETORIA EXECUTIVA DA MENDESPREV

Marcelo Rodrigues Campos - Diretor Superintendente e Adm. e Financeiro

Márley Janaina de Castro - Diretora de Seguridade



PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Os itens a seguir abrangem a gestão do Plano Misto de Benefícios, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 1990.0017-18.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO DO PLANO

No encerramento do exercício de 2018, a população do Plano Misto de Benefícios era composta por 541 participantes, distribuídos entre 429 assistidos e 112 optantes pelo benefício proporcional saldado (BPS). A partir do saldamento do Plano, os participantes ativos e os optantes pelo benefício proporcional diferido (BPD) passaram a condição de optante pelo benefício proporcional saldado (BPS). Os participantes assistidos são aqueles que se encontram em gozo de benefício. Os participantes em benefício proporcional saldado são aqueles que aguardam a elegibilidade para requerer o benefício de aposentadoria normal ou antecipada, conforme estipulado no regulamento do Plano.

A tabela abaixo demonstra a distribuição dos participantes assistidos por tipo de benefício:

TIPO DE BENEFÍCIO	PARTICIPANTES ASSISTIDOS
Aposentadoria Normal	72
Aposentadoria Antecipada	242
Benefício Proporcional Saldado	29
Aposentadoria por Invalidez	10
Pensão por Morte	76
TOTAL	429

Tabela 1 - Distribuição dos participantes assistidos por tipo de benefício

BENEFÍCIOS PAGOS

Os benefícios de aposentadoria, pensão e resgates de cotas pagos em 2018, totalizaram R\$ 48,4 milhões, distribuídos da seguinte maneira:

TIPO DE BENEFÍCIOS	VALOR
Aposentadoria Normal	13.217
Aposentadoria Antecipada	24.833
Aposentadoria por Invalidez	185
Pensão por morte	4.315
BPS em prestação continuada	1.576
Abono Anual	3.764
Pagamento Único, resgates e portabilidades	537
TOTAL	48.427

Tabela 2 - Benefícios pagos (Em R\$ mil)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Devido ao saldamento do Plano, a partir do mês de abril cessaram as contribuições previdenciárias das patrocinadoras e dos participantes. Passou a ter somente as contribuições dos BPS, que são destinadas exclusivamente para o custeio administrativo, ou seja, não integram a reserva previdencial do participante.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais e representam os valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários. São segregadas em benefícios concedidos e a conceder.

As provisões dos benefícios concedidos representam o montante financeiro necessário ao pagamento dos benefícios de prestação continuada aos assistidos e beneficiários. No encerramento de 2018 totalizavam R\$ 518,7 milhões.

As provisões de benefícios a conceder representam o somatório necessário ao pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes em BPS. No encerramento de 2018 o saldo era de R\$ 12,1 milhões.

O valor total das provisões matemáticas do Plano Misto de Benefícios no final de 2018 era de R\$ 530,7 milhões.

RESULTADO DO PLANO

O resultado do Plano Misto de Benefícios em 2018 foi superavitário, R\$ 3,5 milhões, o que reduziu o déficit técnico acumulado para R\$ 20,1 milhões. O ganho real apurado foi o suficiente para compensar as perdas do período. A rentabilidade nominal apurada foi 10,24%, frente à meta atuarial de 9,36%.

DESCRIÇÃO	VALORES
Contribuições previdenciárias	262
Rentabilidade das dívidas contratadas	11.210
Resultados dos investimentos	41.379
Restituição de valores	13
TOTAL DAS RECEITAS	52.864
Pagamento de benefícios	-48.426
Custeio administrativo	-159
Constituição/reversão das provisões atuariais	2.174
Outras despesas atuariais	-2.946
TOTAL DAS DEDUÇÕES	-49.357
RESULTADO LÍQUIDO	3.507
Resultado acumulado	-23.619
DÉFICIT ACUMULADO	-20.112

Tabela 3 – Apuração do resultado do PMB (R\$ mil)

AVALIAÇÃO E PARECER ATUARIAL

Nas Avaliação Atuarial de 2018 foi considerado:

- O Regulamento do Plano Misto de Benefícios;
- As informações cadastrais dos participantes ativos e assistidos na data base de novembro/2018, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- Os demonstrativos contábeis do Plano;
- As premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2018, destacam-se as seguintes:

- Manutenção da taxa real de juro atuarial: 5,60% a.a.;

- Indexador Econômico do plano: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Fator de capacidade: foi alterado de 0,9802 para 0,9811;
- Crescimento real anual de salários: 0,00%, não aplicável.
- Mortalidade Geral: alteração da tábua de AT 83 segregada por sexo para AT 2000 Basic M&F;
- Entrada em Invalidez: alteração da tábua de Álvaro Vindas para Tasa 1927;
- Mortalidade de Inválidos: AT 49 Masculina agravada em 100%;
- Rotatividade: Não utilizada;
- Composição familiar do participante em BPS: para os benefícios a conceder considera-se que 85% dos participantes são casados, a esposa é quatro anos mais jovem, com dois filhos dependentes;
- Composição familiar do participante assistido: considera-se a estrutura familiar informada e a idade real do cônjuge.
- O Plano Misto de Benefícios tem caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- As Provisões Matemáticas, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2018, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 30.11.2018, elaborada pela consultoria.

Em que pese o Plano registrar déficit técnico em 31.12.2018, será mantido para 2019 o plano de custeio vigente, haja vista que, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado previsto pela Resolução CGPC nº 26/2008, não havendo exigência de equacionamento imediato do resultado deficitário apurado.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

O ano de 2018 foi marcado pela lenta recuperação da economia brasileira e pelo controle da inflação. A taxa básica de juros da economia (SELIC) iniciou o ano a 7% e encerrou a 6,5%.

A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano a 3,75%. O INPC, índice que compõe a meta do Plano, encerrou a 3,43%.

O IBOVESPA, principal índice da bolsa brasileira, encerrou o ano com 15,05%, o que representou valorização de aproximadamente 12%.

A greve dos caminhoneiros, que paralisou o país no mês de maio, afetou a economia, a inflação disparou, a arrecadação desacelerou e, a prévia do PIB, foi negativa. Por isso, no referido mês, com reflexos nos meses seguintes, os fundos de investimentos, principalmente os multimercados, tiveram rentabilidades bem abaixo do esperado.

Devido ao cenário econômico e financeiro que o país atravessou em 2018 e às especificidades do Plano, a Mendesprev optou por concentrar a maioria dos seus

recursos no segmento de renda fixa. Na tentativa de melhorar a rentabilidade, sem muita exposição ao risco, investiu em dois fundos multimercados.

DESEMPENHO DOS ATIVOS

a) Segmento de Renda Fixa

O segmento de renda fixa possui alocação de 82,98% dos recursos garantidores do Plano, o que representa o montante de R\$ 336,5 milhões.

Em 2018 a rentabilidade acumulada do segmento de renda fixa foi 11,89%, superando os 9,36% da meta atuarial e o CDI que acumulou 6,42%. Os títulos públicos e os direitos creditórios foram os ativos que mais contribuíram para o bom resultado, apuraram resultado de 12,84% e 15,57% respectivamente.

b) Segmento de Renda Variável

As especificidades atuais do Plano dificultam a aplicação de recursos no segmento de renda variável. A Entidade optou pela estratégia de reduzir a exposição no segmento de renda variável, com a finalidade de mitigar os riscos, tendo em vista a maturidade do Plano.

Durante o ano foram resgatados os dois fundos de investimento em renda variável, pois, não vinham retornando conforme o esperado. Na carteira de fundos de renda variável restou um resíduo a receber do Fundo SulAmérica Expertise I, cujo valor é irrelevante.

Atualmente a carteira de investimentos é composta pelas ações da patrocinadora Mendes Júnior.

A rentabilidade acumulada do segmento em 2018 foi 11,71%, devido a valorização das ações da patrocinadora no mês de outubro de 2018.

c) Investimentos Estruturados

O segmento representa 6,14% do total dos recursos garantidores do Plano, divididos entre fundos de participação 53,93% e fundos multimercados 46,07%. No acumulado do ano apresentou rentabilidade de 12,81%, contra a meta atuarial de 9,36%.

As aplicações nos fundos multimercados aconteceram em 2018, com o objetivo de obter melhores resultados, acima da renda fixa e com pouca exposição ao risco. A rentabilidade no ano foi 5,94%, resultado abaixo do esperado, motivado pelo cenário econômico que, após o resultado eleitoral, apresentou uma melhora significativa. Cabe destacar que os fundos possuem liquidez.

As aplicações nos fundos de participações ocorrem por meio de quatro fundos. Tratam-se de projetos em fase de desenvolvimento, por isso, o resultado de 9,31% foi satisfatório. São fundos fechados que impossibilitam o resgate antes do prazo.

O FIP Lacan Florestal tem como objeto a plantação de florestas de eucalipto. Nos dias 5 e 6 de novembro, o representante da área Financeira da Mendesprev participou do evento realizado pela Gestora, na cidade de Três Lagoas – MS. O evento serviu para apresentar aos cotistas as fazendas de eucalipto destinadas a fabricação de celulose. O primeiro corte das florestas ocorreu no início de mês de outubro/2018. Na visita técnica foram

apresentadas as etapas do processo, desde a preparação do solo até a colheita e o transporte da madeira. Uma parte importante da visita foi a apresentação do monitoramento das fazendas, evitando a contaminação por pragas tanto do solo, quanto das árvores. Foram apresentados também os processos de prevenção e combate a incêndios, projetos sócios-ambientais do FIP destinados as comunidades carentes da região. A seguir fotos do projeto:



d) Imóveis

Os investimentos imobiliários da carteira estão divididos entre imóveis para aluguel e para venda. Os imóveis foram reavaliados por empresa qualificada contratada pela Mendesprev e tiveram o seu valor de mercado atualizado

em dezembro de 2018. Os imóveis alugados rentabilizaram 6,37% em 2018. Os imóveis em estoque para venda registraram resultado de 9,43% no período. No total, a carteira de imóveis rentabilizou 8,13%.

O mercado imobiliário continuou retraído, devido ao baixo crescimento econômico, onde as incertezas fazem com que o investidor seja mais cauteloso na hora de adquirir um imóvel.

Em relação às unidades adquiridas para venda, até dezembro de 2018, dos 96 apartamentos recebidos em permuta com a construtora MASB, 77 foram vendidos e 19 continuam em estoque. São 14 vagas de garagem autônomas em estoque. Na permuta com a construtora EVEN, dos 22 apartamentos, há apenas um em estoque. Vale ressaltar que a Mendesprev possui contrato ativo com imobiliárias cadastradas para a venda dos imóveis em estoque, além de manter as unidades anunciadas no site da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2018 o segmento de imóveis representava 10,57% dos recursos garantidores do Plano. A Resolução CNM 4.661, de maio de 2018, vetou à aquisição de novos imóveis e determinou que os imóveis em estoque devem ser vendidos ou transformados em fundos imobiliários, no período de, (12), doze anos.

e) Operações com Participantes

A carteira de empréstimos encontra-se, temporariamente, suspensa para novas concessões.

O segmento de operações com participantes obteve em 2018 rentabilidade de 23,67%. O saldo no encerramento do ano era R\$ 36,7 mil, referente a dois contratos.

PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS

O Plano Misto de Benefícios encerrou o ano de 2018 com o ativo total de R\$ 515,6 milhões, distribuídos da seguinte maneira:

- Contribuições mensais, dívidas contratadas e valores em Recuperação Judicial: R\$ 109,8 milhões, que representam 21,31% do ativo total do Plano;
- Investimentos e disponível: R\$ 405,7 milhões, que representam 78,69% do ativo total do Plano;
- Fundo administrativo: R\$ 39 mil.

Os recursos garantidores do Plano, apurados por meio do somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, são analiticamente divididos da seguinte maneira:

DESCRIÇÃO	RECURSOS PLANO	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	405.490	100,00%	-
Disponível	58	0,01%	-
Investimentos	405.661	100,04%	-
Renda Fixa	336.457	82,98%	100,00%
Títulos Públicos Federais	59.338	14,63%	100,00%
Títulos Públicos Federais	59.338	14,63%	100,00%
Demais Títulos de Renda Fixa	277.119	68,34%	80,00%
Títulos Públicos Estaduais	49.866	12,30%	10,00%
Títulos Públicos Municipais	24.333	6,00%	10,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	5	0,00%	-
Fundo de Investimento em Crédito Privado	84	0,02%	35,00%

Fundo de Investimento referenciado DI	30.399	7,50%	-
Notas Promissórias	1.539	0,38%	20,00%
Outros Realizáveis	170.893	42,14%	-
Renda Variável	1.412	0,35%	70,00%
Outras Ações e Fundos de Investimentos	1.412	0,35%	35,00%
Fundos de Investimentos em Ações	6	0,00%	35,00%
Demais Títulos de Ações	1.406	0,35%	35,00%
Investimentos Estruturados	24.888	6,14%	20,00%
Fundos de Investimentos em Participações	13.298	3,28%	10,00%
Fundos de Investimentos em Multimercados	11.590	2,86%	10,00%
Investimentos Imobiliários	42.868	10,57%	8,00%
Imóveis para Aluguel e Renda	16.503	4,07%	20,00%
Imóveis em Estoque para venda	26.365	6,50%	20,00%
Empréstimos	37	0,01%	15,00%
Exigível	230	0,06%	-
Exigível Operacional de Investimentos	230	0,06%	-

Tabela 4 - Total dos Recursos Garantidores do PMB por segmento e em %. Posição dezembro de 2018 (Em R\$ mil)

RENTABILIDADE DOS ATIVOS

A rentabilidade acumulada, calculada pela variação da cota, foi de 10,24%, enquanto a meta atuarial no ano (INPC + 5,6% a.a.) foi de 9,36%. A rentabilidade apurada por segmento de investimento comparada aos principais índices de referência do mercado e a com a meta atuarial em 2018 e 2017, pode ser observada a seguir:



Gráfico 1 - Rentabilidade dos ativos PMB em 2018 e 2017.

As tabelas seguintes apresentam o total dos Investimentos do PMB e as taxas de administração e desempenho cobradas pelos fundos de investimento (gestão terceirizada).

PLANO MISTO	VALOR INVEST.	EM %	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	405.661		
GESTÃO PRÓPRIA [não discricionária]	350.280	81,60%	
Direitos Creditórios, Precatórios, Ações e Dividendos	246.498	49,89%	
Gestão Própria [livre movimentação]	103.782	31,70%	
GESTÃO TERCEIRIZADA [discricionária]	55.381	18,40%	
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda	488		0,10%
BRZ Investimentos Ltda	84		1,58%
Hamilton Lane Brasil	1.827		1,55%
Lacan Investimentos e Participações Ltda	8.988		7,73%
Sul América Investimentos S.A. DTVM	6		4,56%
Votorantim Asset Management DTVM Ltda	32.274		38,47%
Itaú Asset Management	124		35,78%
Bahia Asset	5.729		10,23%
Absolute Asset	5.861		

Tabela 5 - Total dos Investimentos do PMB em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

Nome do Fundo	Taxa Adm. a.a. (%)	Taxa de Performance	Tipo
FIP Brasil Energia Renovável	1,60%	20% sobre IPCA+8% a 10%aa; 25% sobre IPCA+10 a 12%aa e 30% sobre o excedente de IPCA+12%aa	IE
FIP BVEP PLAZA VOTORANTIM	2,5% a.a para as cotas classe "A"	20% sobre o que exceder IPCA + 8% a.a.	IE
FIP LACAN Florestal	1,00%	20% sobre o que exceder 10% + IPCA	IE
FIP BRAZIL HAMILTON LANE	Durante o período de investimento será de 1,25%, sendo reduzida em 0,05% a cada trimestre. Obs: a taxa média prevista de administração do Fundo é de 0,88%a.a.	10% sobre o que exceder IPCA + 9% a.a.	IE
Itaú Institucional RF Inflação 5 FIC	0,25%	-	RF
BRZ MULTI Recebíveis FIC FIM	1,00%	20% do que exceder IPCA + 8%a.a.	RF
FIDC Multisetorial Master II (BVA)	0,20% a.a (mínimo de R\$ 15 mil por mês) - Taxa de gestão: escalonada - 022% sobre PL de até R\$ 50 MM; 0,195% de R\$ 50 a R\$ 150 MM, e ; 0,17% acima de R\$ 150MM	-	RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FICFI	0,25%	-	RF
Fundo de Invest. Votorantim Instit. Renda Fixa CP	0,20%	-	RF
Sul América EXPERTISE FI Ações	1,50%	20% do que exceder o IVBX-2	RV
Absolute Alpha Global FIC FIM	1,90%	20% do que exceder o CDI	MM
Bahia AM Marau FIC FIM	2,00%	20% do que exceder o CDI	MM

Tabela 6 - Taxa de Administração e Performance dos Fundos de Investimentos do PMB

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a principal ferramenta da gestão dos ativos do Plano. Tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam no processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do Plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados a gestão dos investimentos e riscos.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.661/2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Política de Investimentos passou a dar mais ênfase no processo de governança corporativa, distinguindo bem as pessoas e suas funções dentro do processo de investimentos e dos riscos relacionados.

A Política de Investimentos, para o ano de 2019, foi elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira e, na sequência, aprovada pelo Conselho Deliberativo na

reunião realizada no dia 27/12/2018. A seguir, as principais premissas:

a) Meta Atuarial

É o objetivo de rentabilidade para os recursos do Plano que equilibra o ativo e o passivo, ou seja, é o retorno necessário para que os ativos consigam cobrir as obrigações para com seus participantes ao longo do tempo. Com a Resolução CNPC 15/2014, que altera a Resolução CGPC 18/2006, e da Instrução PREVIC nº 23/2015, substituída da Instrução nº 7/2015, estabeleceu que, a partir de 2016, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC deverão adotar taxa de juros real limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro. Para isso, a entidade deve elaborar estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros atuarial a ser utilizada no desconto a valor presente das obrigações atuariais do Plano. Para definição desta taxa parâmetro, a PREVIC divulga anualmente a "Estrutura a Termo e Taxa de Juros Médios". Depois de realizados os estudos em consonância com a legislação, a meta atuarial definida para 2018 corresponde à variação do INPC, mais juros de 5,6% ao ano.

b) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

O estatuto da Mendesprev define que é da competência do Diretor Administrativo e Financeiro a responsabilidade pelos investimentos dos recursos do Plano, na condição de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

c) Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

Pessoa responsável pela implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito. Realiza a análise prévia dos riscos de investimentos, incluindo as respectivas garantias. Deve dirigir as atividades de investimento, assumindo a responsabilidade de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

d) Controle de Riscos

O risco de crédito, mercado, liquidez e legal são identificados, avaliados e monitorados pela Entidade em conjunto com a empresa contratada de consultoria

financeira. O risco operacional dos investimentos é mensurado pelas áreas de Finanças e de Controles Internos da Entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos vários ciclos operacionais.

e) Alocação dos recursos

O objetivo de alocação dos recursos do Plano para o ano de 2019, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018, estão discriminados na Tabela 7.

PLANO MISTO	Alocação		Objetivo 2019			
	2017 (%)	2018 (%)	MIN (%)	MAX (%)	ALVO (%)	LIMITE (%)
Renda Fixa	86,44	82,98	47,50	100,00	88,31	100,00
Renda Variável	1,08	0,35	0,00	10,00	1,09	70,00
Imóveis	9,68	10,57	0,00	20,00	8,00	20,00
Empréstimos	0,04	0,01	0,00	2,50	0,05	15,00
Inv. Estrut.	2,67	6,14	0,00	10,00	2,55	20,00
Inv. no Exterior	0,00	0,00	0,00	2,50	0,00	10,00

Tabela 7 - Enquadramento em relação à Política de Investimento e Limite Legal - PMB

f) Derivativos

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano Misto de Benefícios nas aplicações realizadas em carteira própria, sendo permitidas apenas operações realizadas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

g) Precificação dos ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o Plano aplica recursos, devem ser marcados a mercado. Isso não exclui a possibilidade de o Plano contabilizar os títulos que pretenda carregar até os vencimentos pela taxa do papel, metodologia chamada de marcação na curva ou atualização pelo valor de face.

h) Princípios Socioambientais

A Mendesprev reafirma o compromisso de favorecer, sempre que possível, a aplicação de recursos em companhias que adotem em suas atividades ou através de participação em projetos de terceiros, políticas de responsabilidade socioambiental, que são entendidos como o conjunto de regras de proteção à natureza e ao meio ambiente.

PLANO CD DE BENEFÍCIOS

Os itens a seguir abrangem a gestão do Plano CD de Benefícios, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2009.0034-38.

GESTÃO PREVIDENCIAL

POPULAÇÃO DO PLANO

No encerramento de 2018 a população do Plano CD de Benefícios era de 60 participantes, assim distribuídos:

- Participantes ativos com vínculo empregatício: 28
- Participantes autopatrocinados: 17
- Participantes em BPD: 1
- Participantes assistidos: 14

BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2018 foram pagos R\$ 439,8 mil em benefícios, assim distribuídos:

- Benefícios na forma de renda temporária: R\$ 127,5 mil;
- Benefícios na forma de renda vitalícia recalculada: R\$ 38,5mil;
- Benefícios na forma de pagamento único e resgate a vista: R\$ 260,4 mil;
- Abono anual: R\$ 13,4 mil.

Além do pagamento de benefícios de aposentadoria, em 2018 foram pagos R\$ 1,5 milhões aos participantes que, no ato do término do vínculo empregatício com as patrocinadoras, optaram pelo resgate das cotas ou pela portabilidade.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As contribuições previdenciais são de responsabilidade das patrocinadoras, dos participantes ativos, autopatrocinados, optantes pelo benefício proporcional diferido e assistidos. Durante o ano foram provisionados R\$ 258,2 mil em contribuições previdenciais, assim distribuídas:

CONTRIBUIÇÃO	VALOR
Patrocinadora	67
Participantes Ativos	48
Autopatrocinados	138
BPD	1
Assistidos	4
TOTAL	258

Tabela 8 - Contribuições recebidas (Em R\$ mil)

Parte das contribuições das patrocinadoras e autopatrocinados são destinadas ao custeio administrativo do Plano. As contribuições dos assistidos e do BPD são integralmente para custeio administrativo do Plano.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas são compostas pela reserva de benefícios a conceder, que é segregada em reservas, formadas por contribuições das patrocinadoras e pelas contribuições dos participantes. Em dezembro de 2018, as provisões matemáticas do Plano eram R\$ 4,3 milhões, distribuídos em R\$ 2,6 milhões de saldo dos benefícios a

conceder e R\$ 1,7 milhão de saldo de benefícios concedidos.

RESULTADO DO PLANO

Devido a sua característica de acúmulo de reserva financeira, o Plano CD de Benefícios não apura superávit ou déficit. O saldo de conta é constituído individualmente por participante.

A seguir a demonstração do resultado apurado em 2018:

DESCRIÇÃO	VALORES
Contribuições correntes	258
Resultados de dívidas contratadas	119
Resultados dos investimentos	464
TOTAL DAS RECEITAS	841
Benefícios pagos e resgates de cotas	-1.854
Custeio administrativo	-41
Outras despesas	-295
Constituição / reversão das provisões atuariais	1.349
TOTAL DAS DEDUÇÕES	841
EQUÍLIBRIO TÉCNICO	-

Tabela 9 – Apuração do resultado do Plano CD de Benefícios (R\$ mil)

PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas atuariais utilizadas para o encerramento do exercício foram:

- **Indexador do plano: INPC**

De acordo com a Política de Investimentos adotada pelo gestor, o INPC é utilizado como indexador para compor o índice de referência do Plano, índice que, junto com a taxa real de juros (INPC + 4,5% a.a), melhor reflete a rentabilidade esperada dos recursos garantidores em 2018.

- **Taxa real anual de juros: 4,5%**

Em função da sua modalidade, os investimentos do Plano CD de Benefícios não possuem uma taxa de juros atuarial pré-estabelecida, espera-se que a sua rentabilidade supere o índice de referência (INPC + 4,50% a.a).

- **Tábua de mortalidade: Geral AT-2000 (Basic suavizada em 100%)**

No caso do Plano CD de Benefícios, modalidade de contribuição definida, as hipóteses biométricas são aplicáveis somente para determinar o fator de conversão atuarial do saldo de conta do participante, que opta pela renda vitalícia recalculada na data da aposentadoria em benefício concedido, e, por consequência, no recálculo anual dos benefícios destes participantes.

Devido a modalidade do Plano CD de Benefícios, os custos são individualizados e permanecem inalterados em relação ao exercício anterior. Não há presença do risco atuarial e o equilíbrio técnico se mantém.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

DESEMPENHO DOS ATIVOS

a) Segmento de Renda Fixa

A Entidade mantém postura conservadora em relação aos investimentos do Plano CD de Benefícios, por isso, concentra a maior parte de seus recursos alocado no segmento de renda fixa. Em 2018 o segmento de renda fixa do Plano apurou rentabilidade de 12,55%, resultado acima do índice de referência do Plano (INPC + 4,5% a.a.), que foi 8,22%, e acima do CDI no mesmo período que foi 6,42%. O bom desempenho apurado se deve, principalmente, aos títulos públicos federais marcados a mercado que, mesmo com a grande queda no mês de maio, conseguiram se recuperar a partir do mês de outubro.

b) Investimentos Estruturados

O Plano iniciou o ano com investimento em um fundo de investimento multimercado, o Garde FIC FIM Dumas. O mandato do gestor deste fundo lhe permite acessar vários mercados, como o de juros, moeda, bolsa, e, com isso, podem apresentar um retorno maior aos seus cotistas com um pouco mais de risco. No ano anterior o fundo apresentou rentabilidade de 10,57%, porém, em 2018, a rentabilidade foi de 1,14%. O fundo foi diretamente afetado pela greve dos caminhoneiros e as instabilidades da sucessão presidencial.

Na tentativa de melhorar o retorno do segmento, em novembro, parte dos recursos do fundo citado anteriormente, foram utilizados para aplicação em outro fundo multimercado, o Absolute Alpha Global. A rentabilidade apurada nos dois meses foi de 1,18%.

O resultado geral do segmento de estruturados foi 1,77%, bem inferior ao índice de referência do Plano, que foi de 8,22%.

c) Operações com Participantes

A carteira de empréstimo encontra-se temporariamente suspensa para novas concessões. O segmento de operações com participantes obteve retorno de 68,03% em 2018, porém o valor em carteira é irrelevante.

Em relação aos inadimplentes, a Mendesprev vem adotando todas as medidas necessárias para reaver os créditos, inclusive, via judicial. A solução definitiva demanda um tempo maior para ser resolvida. Os valores inadimplentes são atualizados e provisionados para perda, conforme determina a legislação.

PATRIMÔNIO DO PLANO E ENQUADRAMENTO DOS RECURSOS

O ativo total do Plano CD de Benefícios no encerramento do ano era R\$ 5,4 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- Contribuições a receber e valores em recuperação judicial: R\$ 1,1 milhões, que representam 20,37% do ativo total;
- Investimentos e disponível: R\$ 4 milhões, que representam 74,07% do ativo total;
- Fundo Administrativo: R\$ 226,8 mil, que representam 5,56% do ativo total.

Os recursos garantidores do Plano, apurados por meio do somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, são analiticamente divididos, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	RECURSOS	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	4.023	100,00%	-
Disponível	1	0,02%	-
Investimentos	4.022	99,98%	-
Renda Fixa	3.647	90,65%	100,00%
Títulos Públicos Federais	2.308	57,37%	100,00%
<i>Títulos Públicos Federais</i>	2.308	57,37%	100,00%
Fundos Classificados em Renda Fixa	1.222	30,37%	-
<i>Fundo de Investimento referenciado DI</i>	319	7,94%	-
<i>Fundo de Investimento referenciado em crédito privado</i>	902	22,43%	-
Outros Realizáveis	117	2,91%	-
Investimentos Estruturados	373	9,26%	20,00%
<i>Fundos Multimercado</i>	373	9,26%	10,00%
Empréstimos	3	0,07%	15,00%

Tabela 10 - Total dos Recursos Garantidores do PCD por segmento e em %. Posição dezembro de 2018 (Em R\$ mil)

RENTABILIDADE DOS ATIVOS

A rentabilidade acumulada calculada pela variação da cota, foi de 5,37%, enquanto o índice de referência no ano (INPC + 4,5% a.a.), foi de 8,22%. A rentabilidade apurada por segmento de investimento comparada com os principais índices de referência do mercado e do Plano, em 2018 e 2017, pode ser observada no gráfico a seguir:



Gráfico 2 - Rentabilidade dos Ativos PCD em 2018 e 2017

As tabelas a seguir apresentam as taxas de administração e performance cobradas pelos fundos de investimento (gestão terceirizada):

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
NOME DO FUNDO	TAXA ADM A.A. (%)	TAXA DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Itau Institucional RF Inflação 5 FIC	0,15%	-	RF
AZ Quest Luce FIC FI RF CP LP	0,40%	-	RF
FIC FIM Garde Dumas	2,00%	20% do que exceder o CDI	IE
Absolute Alpha Global FIC FIM	1,90%	20% do que exceder o CDI	MM

Tabela 11 - Taxa de Administração e Performance dos Fundos de Investimentos do PCD

PLANO CD	VALOR INVEST.	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	4.022	
GESTÃO PRÓPRIA	2.428	60,36%
GESTÃO TERCEIRIZADA	1.594	39,64%
Itaú Asset Management	319	

Tabela 12 - Total dos Investimentos do PCD em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a principal ferramenta da gestão dos ativos do Plano. Tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam no processo de análise, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos do plano diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.661/2018, que revogou a Resolução CMN nº 3.792/2009, a Política de Investimentos passou a dar mais ênfase no processo de governança corporativa, distinguindo bem as pessoas e suas funções no processo de investimentos e dos riscos relacionados.

A Política de Investimentos, para o ano de 2019, foi elaborada pela Diretoria Administrativa e Financeira e, na sequência, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, na reunião realizada no dia 27/12/2018. A seguir, as principais premissas:

a) Benchmark – Índice de Referência

O índice de referência do Plano, ou seja, o objetivo de rentabilidade para os recursos continuará sendo a variação do INPC acumulada com juros de 4,5% ao ano. Esse objetivo de rentabilidade foi determinado pelo atuário responsável pelo plano, como uma das premissas necessárias para o pagamento dos benefícios futuros.

b) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

De acordo com o estatuto da Mendesprev foi definido que, é de competência de o Diretor Administrativo e Financeiro, a responsabilidade pelos investimentos dos recursos do Plano e a atribuição de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ.

c) Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

Pessoa responsável pela implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito. Realiza a análise prévia dos riscos de investimentos, incluindo as respectivas garantias. Deve dirigir as

atividades de investimento, assumindo a responsabilidade de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos do Plano e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

d) Controle de Riscos

O Risco de Crédito, de Mercado, de Liquidez e Legal são identificados, avaliados e monitorados pela entidade em conjunto com a empresa especializada em consultoria financeira contratada. O Risco Operacional dos investimentos é mensurado pelas áreas de Finanças e de Controles Internos da Entidade, com a validação e conciliação de relatórios periódicos emitidos nos vários ciclos operacionais.

e) Alocação dos Recursos

O objetivo de alocação dos Recursos dos Planos para o ano de 2019, em conformidade com os limites mínimos e máximos de enquadramento por segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/2018, estão discriminados na tabela 15.

PLANO CD	Alocação		Objetivo 2019			
	2017 (%)	2018 (%)	MIN (%)	MAX (%)	ALVO (%)	LIMITE (%)
Renda Fixa	89,96	90,65	75,00	100,00	87,32	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	70,00
Imóveis	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	8,00
Empréstimos	0,12	0,07	0,00	10,00	2,74	15,00
Inv. Estrut.	9,90	9,26	0,00	10,00	9,94	20,00
Inv. no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00

Tabela 13 - Enquadramento em relação à Política de Investimento e Limite Legal - PCD

f) Derivativos

As operações com derivativos serão realizadas em conformidade com o que estabelece a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. Essas operações estão vedadas para o Plano CD de benefícios nas aplicações realizadas em carteira própria, permitidas apenas para operações feitas em fundos de investimentos ou carteiras administradas.

g) Precificação dos Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários, integrantes das carteiras e fundos de investimentos exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos, devem ser marcados a mercado. Isso não exclui a possibilidade de o plano contabilizar os títulos que pretenda carregar até os vencimentos pela taxa do papel, metodologia chamada de marcação na curva ou atualização pelo valor de face.

h) Princípios Socioambientais

A Mendesprev reafirma o compromisso de favorecer a aplicação de recursos disponíveis em investimentos de companhias que adotem, em suas atividades ou através de participação em projetos de terceiros, políticas de responsabilidade socioambiental. Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras de proteção à natureza e ao meio ambiente, responsabilidades estas que não devem ser negligenciadas pelas empresas, pois além de ser obrigação constitucional, colabora diretamente para o bem da humanidade.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, e, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O PGA tem o objetivo de registrar e dar transparência às atividades relacionada a administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O patrimônio do PGA é constituído por receitas (previdenciais, investimentos e diretas), reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos. As sobras ou insuficiências administrativas são alocadas ou revertidas no Fundo Administrativo.

DESEMPENHO DOS ATIVOS

Os recursos do PGA estão concentrados no segmento de renda fixa, já que o objetivo principal não é rentabilizar, e sim, preservar os seus recursos, mantendo a liquidez necessária para honrar as obrigações administrativas da Entidade.

O *Benchmark* do Plano é o CDI. No consolidado, a renda fixa rentabilizou 99,79% do CDI, fechando 2018 com 6,41%.

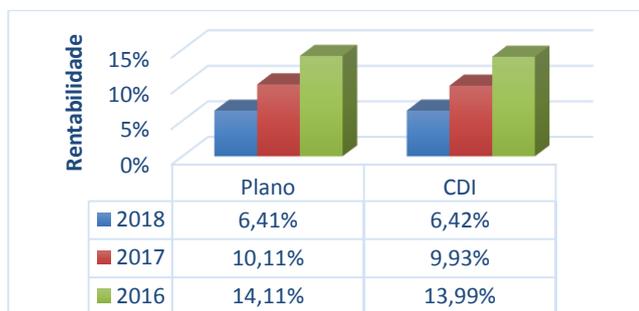


Gráfico 3 - Rentabilidade dos Ativos PGA 2016 a 2018.

A tabela seguinte tem a finalidade de demonstrar a alocação dos recursos e o limite legal frente a Política de Investimentos:

DESCRIÇÃO	RECURSOS	% SOBRE RECURSOS	LIMITE LEGAL
Recursos Garantidores do Plano	369	100,00%	
Disponível	2	0,09%	
Investimentos – Renda Fixa	367	99,91%	100,00%
Fundo de Investimento DI	367	99,91%	

Tabela 14 - Total dos Investimentos do PGA por segmento e em % (Em R\$ mil)

As tabelas seguintes apresentam as taxas de administração e performance cobradas pelos fundos de investimento, gestão terceirizada:

PGA	VALOR INVEST.	% DO TOTAL
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	367	
GESTÃO PRÓPRIA	0	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	367	100,00%
Itaú Asset Management	367	

Tabela 15 - Total dos Investimentos do PGA em Gestão Própria e Terceirizada segregado por gestor (Em R\$ mil)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
NOME DO FUNDO	TAXA ADM. A.A. (%)	TAXA DE PERFORMANCE	TIPO RF/RV
Institucional Active FIX IB	0,30%	n/a	RF
Itaú High Grade RF Crédito Privado FI	0,20%	n/a	RF

Tabela 16 - Taxa de Administração e Performance do Fundo de Investimento do PGA

OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O Conselho Deliberativo da Mendesprev é responsável pela aprovação das diretrizes do PGA, bem como, o orçamento da Gestão Administrativa.

Assim como no ano anterior, em 2018 as entradas de recursos para custear as despesas administrativas continuaram a reduzir, devido à diminuição de participantes nos Planos de Benefícios. Houve a necessidade de utilizar recursos do Fundo Administrativo para custear as despesas administrativas, além da utilização dos recursos da rentabilidade do Plano Misto de Benefícios - PMB.

Durante o ano de 2018 houve redução das despesas administrativas, em comparação com o ano anterior, isso sem considerar a inflação do período. A gestão da Entidade tem se empenhado na busca de reduzir as despesas administrativas sem afetar a qualidade dos serviços prestados.

A seguir detalhamento das despesas administrativas realizadas durante o exercício, bem como as fontes de custeio utilizadas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Pessoal	2.069
Diretoria Executiva	1.089
Áreas funcionais	980
Serviços Terceirizados	428
Auditoria externa	31
Serviços de tecnologia da informação	215
Consultoria previdencial e atuarial	178
Outros Serviços	4
Educação financeira e previdenciária	3
Tributos e taxas	155
Manutenção da sede	147
Outras despesas	87
TOTAL	2.889
CUSTEIO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	
Plano Misto de Benefícios	2.196
Plano CD de Benefícios	46
Recursos do próprio PGA	647
TOTAL	2.889
DESPESAS POR ÁREA	
Administração da gestão previdencial	945
Administração da gestão de investimentos	1.944
TOTAL	2.889

Tabela 17 – Custeio Administrativo (Em R\$ mil)

OUTRAS INFORMAÇÕES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A educação financeira e previdenciária tem papel importante na sociedade, no sentido de orientar os trabalhadores, estudantes e demais pessoas sobre a melhor maneira de gerenciar suas finanças de acordo com o perfil de renda e consumo para que possam poupar e garantir uma boa renda após o período laboral. Propicia uma cultura necessária para que as pessoas possam compreender a importância do controle financeiro, gerir orçamentos familiares e uma poupança programada a médio e ao longo prazo.

Além da conscientização dos trabalhadores, torna-se de extrema importância que o governo adote políticas de incentivo aos investimentos, viabilize o crédito com juros mais decentes, tudo isso de forma a propiciar que a economia retome ao caminho do crescimento e possa assim gerar empregos, pagar impostos e salários.

A Mendesprev busca excelência na gestão dos seus planos de benefícios e acredita que a educação financeira e previdenciária potencializa a valorização do relacionamento com os seus participantes, levando à difusão de informações e do conhecimento e engrandecem os valores institucionais da entidade.

Entre os anos de 2017 e 2018, criou-se uma percepção positiva em relação à crise econômica e ao aumento da sensação de estabilidade, embora a percepção de crescimento econômico, de fato, ainda seja pequena. Mesmo assim, durante o ano de 2018 a entidade encontrou dificuldade em realizar ações de fomento e de incentivo financeiro e previdenciário aos participantes, devido ao momento econômico financeiro em que as patrocinadoras têm atravessado, um cenário de demissões e sem novas contratações. Cenário que tem atingido toda economia do país. Todavia, a entidade viabilizou ações de treinamentos e cursos para seus funcionários, diretores e conselheiros, participação em evento da Aposmendes (associação dos participantes ativos e assistidos da Mendesprev).

Com o objetivo de conscientizar os seus participantes e funcionários sobre a cultura previdenciária e financeira, seus direitos e deveres, por meios de treinamentos, palestras e divulgação de conteúdo no site, a Mendesprev chama atenção para a importância de se planejar para receber uma complementação de aposentadoria de acordo com as necessidades de cada um. Promover um estilo de vida financeira saudável, adotando hábitos de consumo consciente, crédito responsável e melhor uso do dinheiro, contribuindo assim para o desenvolvimento da inteligência financeira dos seus participantes e a melhoria da produtividade de seus funcionários. As atividades e ações levaram em consideração as dificuldades do momento, a necessidade de reduzir custos dentro de um cenário de rigidez que o quadro atual exige e impõe aos dirigentes.

Em 2018 foram realizadas diversas ações, com destaque para:

- Participação na reunião da Associação de Participantes Ativos e Assistidos - APOSMENDES, para palestra e apresentação do desempenho dos planos;
- Certificações e Treinamentos aos Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal;
- Treinamento e orientação a Dirigentes e colaboradores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- Disponibilidade de informações e esclarecimentos sobre educação financeira, por meio do endereço eletrônico (site Mendesprev).

AUTORREGULAÇÃO NO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – SINDAPP e o Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS tiveram a satisfação de fomentar a autorregulação no regime fechado de previdência complementar ao constituírem a Comissão Mista de Autorregulação, que, amparada por um conselho formado por renomadas instituições de mercado, idealizou e lançou o primeiro Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, com o propósito de colaborar com o aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existentes e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Previdência Complementar Fechada do país, beneficiando sobretudo, os participantes, assistidos, instituidores e patrocinadores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Isso só foi possível devido a participação de profissionais e especialistas, que, com seu conhecimento e experiência, ofereceram contribuição primordial para a construção desse Código.

A Diretora de Seguridade Márley Janaina de Castro, representou a Mendesprev, que, juntamente com especialistas nacionais e internacionais debateram, refletiram e trocaram experiências sobre os desafios do mercado e das práticas relacionadas ao dia-a-dia das entidades fechadas de previdência complementar.

SALDAMENTO DO PMB

No dia 19 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo Regulamento do Plano Misto de Benefícios por meio da Portaria nº 51 de 19/01/2018, publicada no Diário Oficial da União em 22/01/2018.

A data do saldamento do Plano, foi definida pelo Conselho Deliberativo da entidade na reunião realizada na sede da Mendesprev no dia 19/02/2018. Foi determinada que a data efetiva do saldamento seria a partir do dia 01/04/2018. A partir desta data, o Plano foi saldado e cessaram-se as contribuições normais das patrocinadoras

e dos participantes. Cabe destacar que este procedimento não interfere nos benefícios de aposentadoria já concedidos. Os participantes que ainda não eram elegíveis naquela data puderam optar pelo Benefício Proporcional Saldado – BPS, arcando com o custeio administrativo do Plano até data da concessão do benefício.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS

Apresentamos as demonstrações contábeis e financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Conselho Fiscal e da aprovação do Conselho Deliberativo.

As Notas Explicativas são partes integrantes as demonstrações contábeis e estão publicadas no site da Entidade, no seguinte endereço:

www.mendesprev.org.br > Área do Participante > Documentos para download > Documentos Contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONÍVEL (Nota 4.1)	61	408	EXIGÍVEL OPERACIONAL	5.016	5.178
			Gestão Previdencial (Nota 4.6)	4.658	4.830
REALIZÁVEL	520.988	522.237	Gestão Administrativa (Nota 4.7)	358	348
Gestão Previdencial (Nota 4.2)	110.945	103.598			
Investimentos (Nota 4.4)	410.043	418.639	PATRIMÔNIO SOCIAL	516.053	517.494
Títulos Públicos	135.846	146.763	Patrimônio de Cobertura do Plano	514.907	515.210
Créditos Privados e Depósitos	1.539	28.480	Provisões Matemáticas (Nota 4.8)	535.019	538.830
Ações	1.406	1.113	Benefícios Concedidos	520.355	514.322
Fundos de Investimento	57.343	54.145	Benefícios a Conceder	14.664	24.508
Investimentos Imobiliários	42.860	39.918	Equilíbrio Técnico (Nota 4.9)	-20.112	-23.620
Empréstimos	39	167	Resultados Realizados	-20.112	-23.620
Depósitos Judiciais	11.079	-	(-) Déficit Técnico Acumulado	-20.112	-23.620
Outros Realizáveis	159.931	148.053			
PERMANENTE	20	27	Fundos (Nota 4.12)	1.146	2.284
Imobilizado (Nota 4.5)	2	9	Fundos Previdenciais	829	1.359
Intangível (Nota 4.5)	18	18	Fundos Administrativos	265	873
			Fundos dos Investimentos	52	52
TOTAL DO ATIVO	521.069	522.672	TOTAL DO PASSIVO	521.069	522.672

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL (CONSOLIDADO)

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	517.494	525.996	-1,62%
1. Adições	55.786	46.257	20,60%
(+) Contribuições Previdenciais	11.663	9.470	23,16%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.843	36.013	16,19%
(+) Receitas Administrativas	2.242	547	309,87%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativ	38	227	-83,26%
2. Destinações	-57.227	-54.759	4,51%
(-) Benefícios	-54.339	-51.788	4,93%
(-) Despesas Administrativas	-2.888	-2.971	-2,79%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	-1.441	-8.502	-83,05%
(+ / -) Provisões Matemáticas	-3.811	-2.252	69,23%
(+ / -) Déficit Técnico do Exercício	3.508	-4.857	-172,23%
(+ / -) Fundos Previdenciais	-530	805	-165,84%
(+ / -) Fundos Administrativos	-608	-2.198	-72,34%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	516.053	517.494	-0,28%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	509.285	513.328	-0,79%
1. Adições	52.865	44.637	18,43%
(+) Contribuições	11.485	9.295	23,56%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.380	35.342	17,08%
2. Destinações	-51.532	-48.680	5,86%
(-) Benefícios	-51.373	-48.225	6,53%
(-) Custeio Administrativo	-159	-455	-65,05%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo Líquido (1+2)	1.333	-4.043	-132,97%
(+ / -) Provisões Matemáticas	-2.175	814	-367,20%
(+ / -) Déficit Técnico do Exercício	3.508	-4.857	-172,23%
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
(+ / -) Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	510.618	509.285	0,26%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	77	347	-77,81%
(+ / -) Fundos Administrativos	39	309	-87,38%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	38	38	0,00%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	7.284	9.546	-23,70%
1. Adições	841	1.393	-39,63%
(+) Contribuições	377	722	-47,78%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	464	671	-30,85%
2. Destinações	-3.007	-3.655	-17,73%
(-) Benefícios	-2.966	-3.563	-16,76%
(-) Custeio Administrativo	-41	-92	-55,43%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	-2.166	-2.262	-4,24%
(+ / -) Provisões Matemáticas	-1.636	-3.067	-46,66%
(+ / -) Fundos Previdenciais	-530	805	-165,84%
4. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	5.118	7.284	-29,74%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	241	579	-58,38%
(+ / -) Fundos Administrativos	227	565	-59,82%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	14	14	0,00%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
1. ATIVOS	515.575	514.467	0,22%
Disponível	58	405	-85,68%
Recebível	109.855	101.872	7,84%
Investimento	405.662	412.190	-1,58%
Títulos Públicos	133.538	143.311	-6,82%
Créditos Privados e Depósitos	1.539	28.480	-94,60%
Ações	1.406	1.113	26,33%
Fundos de Investimento	55.381	51.329	7,89%
Investimentos Imobiliários	42.868	39.925	7,37%
Empréstimos	37	163	-77,30%
Depósitos Judiciais	11.079	-	100,00%
Outros Realizáveis	159.814	147.869	8,08%
2. OBRIGAÇÕES	4.880	4.835	0,93%
Operacional	4.880	4.835	0,93%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	77	347	-77,81%
Fundos Administrativos	39	309	-87,38%
Fundos de Investimentos	38	38	0,00%
4. RESULTADO A REALIZAR	-	-	0,00%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	510.618	509.285	0,26%
Provisões Matemáticas	530.729	532.905	-0,41%
Déficit Técnico	-20.112	-23.620	-14,85%
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-20.112	-23.620	-14,85%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	3	-100,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-20.112	-23.617	-14,84%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
1. ATIVOS	5.380	7.903	-31,92%
Disponível	1	1	0,00%
Recebível	1.357	2.623	-48,27%
Investimento	4.022	5.279	-23,81%
Títulos Públicos	2.308	3.452	-33,14%
Fundos de Investimento	1.594	1.636	-2,57%
Empréstimos	3	7	-57,14%
Outros Realizáveis	117	184	-36,41%
2. OBRIGAÇÕES	21	39	-46,15%
Operacional	21	39	-46,15%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	241	579	-58,38%
Fundos Administrativos	227	565	-59,82%
Fundos de Investimento	14	14	0,00%
4. RESULTADO A REALIZAR	-	-	0,00%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	5.118	7.285	-29,75%
Provisões Matemáticas	4.289	5.925	-27,61%
Fundos Previdenciais	829	1.359	-39,00%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidado - Código: 9970.0000-00

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	874	3.071	-71,54%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.281	774	194,70%
1.1. Receitas	2.281	774	194,70%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	200	547	-63,44%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.042	-	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	39	227	-82,82%
2. Despesas Administrativas	-2.888	-2.971	-2,79%
2.1. Administração Previdencial	-944	-896	5,36%
Pessoal e encargos	-482	-576	-16,32%
Treinamentos/congressos e seminários	-1	-3	-66,67%
Serviços de terceiros	-312	-201	55,22%
Despesas gerais	-91	-89	2,25%
Depreciações e amortizações	-11	-11	0,00%
Tributos	-47	-16	193,75%
2.2. Administração de Investimentos	-1.944	-2.075	-6,31%
Pessoal e encargos	-1.589	-1.826	-12,98%
Treinamentos/congressos e seminários	-2	-8	-75,00%
Viagens e estadias	-1	-	-100,00%
Serviços de terceiros	-130	-59	120,34%
Despesas gerais	-149	-149	0,00%
Depreciações e amortizações	-14	-13	7,69%
Tributos	-59	-20	195,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	-608	-2.197	-72,33%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	-608	-2.197	-72,33%
6. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	266	874	-69,57%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano Misto de Benefícios - CNPB: 1990.0017-18

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	515.536	514.158	0,27%
1. Provisões Matemáticas	530.730	532.904	-0,41%
1.1. Benefícios Concedidos	518.655	512.799	1,14%
Benefício Definido	518.655	512.799	1,14%
1.2. Benefícios a Conceder	12.075	20.105	-39,94%
Contribuição Definida	3.630	5.887	-38,34%
<i>Saldo de contas - parcela patrocinadores</i>	<i>1.815</i>	<i>2.850</i>	<i>-36,32%</i>
<i>Saldo de contas - parcela participantes</i>	<i>1.815</i>	<i>3.037</i>	<i>-40,24%</i>
Benefício Definido	8.445	14.218	-40,60%
2. Equilíbrio Técnico	-20.112	-23.620	-14,85%
2.1. Resultados Realizados	-20.112	-23.620	-14,85%
(-) Déficit técnico acumulado	-20.112	-23.620	-14,85%
3. Fundos	38	38	0,00%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	38	38	0,00%
4. Exigível Operacional	4.880	4.836	0,91%
4.1 Gestão Previdencial	4.650	4.830	-3,73%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	230	6	3733,33%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Plano CD de Benefícios - CNPB: 2009.0034-38

31 de dezembro de 2018 e 2017 – Valores expressos em R\$ mil

Descrição	2018	2017	Variação %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	5.153	7.337	-29,77%
1. Provisões Matemáticas	4.289	5.925	-27,61%
1.1. Benefícios Concedidos	1.700	1.522	11,70%
1.2. Benefícios a Conceder	2.589	4.403	-41,20%
Contribuição Definida	2.589	4.403	-41,20%
<i>Saldo de contas - parcela patrocinadores</i>	606	1.187	-48,95%
<i>Saldo de contas - parcela participantes</i>	1.983	3.216	-38,34%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	0,00%
3. Fundos	843	1.373	-38,60%
3.1 Fundos Previdenciais	829	1.359	-39,00%
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	14	14	0,00%
4. Exigível Operacional	21	39	-46,15%
4.1 Gestão Previdencial	21	39	-46,15%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Diretores, participantes e patrocinadores da
Mendesprev Sociedade Previdenciária.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mendesprev Sociedade Previdenciária que compreendem: o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018, a demonstração consolidada da mutação do patrimônio social, a demonstração do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem: a demonstração do ativo líquido, mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mendesprev Sociedade Previdenciária e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

1- Conforme mais detalhadamente descrito na nota 4.2.1, o saldo da rubrica “gestão previdencial” no ativo realizável em 2018 está representado substancialmente por “contrato de parcelamento de dívida, constituição de garantia e outras avenças” firmado em 31 de agosto de 2015 entre a Mendesprev e a patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. relativo a devolução de 4.060 debêntures da 9ª emissão daquela patrocinadora que haviam sido dadas em pagamento de obrigações da mesma junto a MENDESPREV em 22 de julho de 2010. O referido

contrato no valor original de R\$ 72,3 milhões é pagável em parcelas mensais de R\$ 3 milhões, acrescidas da variação do INPC mais juros de 7% a.a, vencíveis a partir de julho de 2016 até junho de 2018, garantido pela participação da patrocinadora na Unicon – União das Construtoras Ltda, até o limite da dívida.

Durante o exercício de 2016 o referido contrato foi objeto de análise por parte da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, que concluiu que a garantia oferecida, para efeito de pagamento da dívida em caso de descumprimento contratual, não resultava, de imediato, efetiva cobertura total do débito. Em 30 de setembro de 2016, foi assinado um Aditivo ao contrato inicial, onde foi mantida a garantia anterior e incluída uma nova garantia, que se trata dos direitos creditórios que a Mendes Junior Engenharia S.A. possui na Ação Ordinária de Cobrança movida contra o Estado do Maranhão perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís – MA, processo nº 2.411/1992, transitado e julgado, estando em fase de execução. A garantia foi analisada por um profissional terceirizado e contem parecer jurídico que concluíram que a garantia era suficiente para quitar os débitos em execução. O Aditivo, também, contempla a prorrogação do vencimento das parcelas para início em 29 de novembro de 2019 e término em 29 de outubro de 2021. O valor total da dívida no ato do Aditivo datado de 31 de setembro de 2016 era de R\$ 83,8 milhões, que gerou 24 parcelas mensais de R\$ 3,5 milhões, que serão acrescidas de INPC mais 7% a.a. O valor atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 106,7 milhões (95,8 milhões em 2017). A PREVIC ainda vem questionando as garantias dos contratos, porém, não houve desfecho do assunto até a presente data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 1.
2. Conforme também descrito na nota 4.2.1, em 31 de março de 2015, foi firmado “Acordo de Confissão de Débitos Previdenciários/Parcelamento e Compromisso de Garantia, entre a Entidade e a Patrocinadora Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., relativo às contribuições, do período compreendido entre novembro de 2014 a março de 2015, que se encontravam em atraso no valor de R\$ 1,8 milhões, bem como aditivos contratuais assinados em: (i) 14 de agosto de 2015 em que foram incluídas as contribuições em atraso parte patrocinadora, do período de abril a julho de 2015 no valor de R\$ 1,1 milhões; e (ii) 11 de dezembro de 2015 onde foram incluídas as contribuições em atraso, parte patrocinadora, bem como as contribuições de dezembro de 2015 no total de R\$ 1,3 milhões, perfazendo uma dívida de R\$ 4,2 milhões que foi dividida em 6 (seis) parcelas de R\$ 694,9 mil, acrescida de INPC mais juros de 7% a.a., vencendo a primeira em

- 31/07/2016. Os valores do referido contrato de dívida entraram no processo de recuperação judicial da patrocinadora Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. conforme detalhado na nota explicativa 4.2.3, com valor atualizado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 4,8 milhões (5,2 milhões em 2017). O processo do Plano de Recuperação Judicial da Patrocinadora foi aprovado em 16/04/2018 e homologado em 17/05/2018 quando ficou determinado que todos os créditos deveriam ser corrigidos pelo INPC sem acréscimo de juros. A exclusão dos juros de 7% adotado no contrato foi realizado em maio de 2018, adequando-se à metodologia do cálculo. O Relatório n.º 36/2018 emitido pela PREVIC determina o reconhecimento do deságio. O registro do deságio foi realizado em novembro de 2018 no montante de R\$ 2,09 milhões. A realização deste Ativo total de 3,1 milhões (após reconhecimento do ágio) está sujeita a evolução favorável do processo de recuperação judicial e o cumprimento da opção de plano de recuperação homologado e acordado com a patrocinadora Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
- 2- Conforme descrito na nota 4.2.2, a dívida contratada referente ao Plano CD de Benefícios foi assinada em 31 de março de 2015, entre a Mendesprev e a Patrocinadora Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., conforme “Contrato de Parcelamento de Dívida, Constituição de Garantia e Outras Avenças”. O valor pactuado foi de R\$ 645,3 mil, relativo às contribuições de novembro de 2014 a março de 2015, que encontravam-se atrasadas. Do decorrer do exercício de 2015, foram efetuados dois novos aditivos contratuais firmados em 14 de agosto e 11 de dezembro de 2015 nos valores respectivamente de R\$ 389,5 mil e R\$ 403 mil. A dívida consolidada, totalizando R\$ 1,5 milhões, foi parcelada 6 (seis) parcelas de R\$ 241,3 mil, acrescidas da variação do INPC mais 7% ao ano, vencendo-se a primeira em 31 de julho de 2016 e a última em 31 de janeiro de 2017. Os valores do referido contrato de dívida entraram no processo de Recuperação Judicial da Patrocinadora, conforme mais detalhadamente descrito na nota 4.2.3.com valor atualizado, em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 1,677 mil (R\$ 1,839 mil em 2017). Em 13 de novembro de 2017 o Conselho de Deliberativo da Mendesprev aprovou o voto a favor da recuperação, por entender as razões da Patrocinadora. No dia 27 de novembro de 2017 foi realizada a primeira assembleia geral dos credores, no decurso da qual os credores quirografários apresentaram uma contraproposta ao plano de Recuperação Judicial. Em 25 de janeiro de 2018 a Patrocinadora apresentou uma nova proposta que foi homologada em 17 de maio de 2018 quando ficou determinado que todos os créditos deveriam ser corrigidos pelo INPC sem acréscimo de juros. A exclusão dos juros de 7% adotado no contrato foi realizado em maio de 2018, adequando-se à metodologia do cálculo. O Relatório n.º 36/2018 emitido pela PREVIC determina o reconhecimento do deságio. O registro do deságio foi realizado em novembro de 2018 no montante de R\$ R\$ 740 mil. A realização deste Ativo no montante de R\$ 1,1 milhões (após reconhecimento do ágio) está sujeita a evolução favorável do processo de recuperação judicial e o cumprimento da opção de plano de recuperação homologado e acordado com a patrocinadora Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. A Mendesprev não efetuou qualquer provisão para eventuais perdas que possam advir de eventual acordo nas referidas assembleias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
- 3- Conforme descrito na nota 4.2.2, a dívida contratada referente ao Plano CD de Benefícios foi assinada em 31 de março de 2015, entre a Mendesprev e a Patrocinadora Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., conforme “Contrato de Parcelamento de Dívida, Constituição de Garantia e Outras Avenças”. O valor pactuado foi de R\$ 645,3 mil, relativo às contribuições de novembro de 2014 a março de 2015, que encontravam-se atrasadas. Do decorrer do exercício de 2015, foram efetuados dois novos aditivos contratuais firmados em 14 de agosto e 11 de dezembro de 2015 nos valores respectivamente de R\$ 389,5 mil e R\$ 403 mil. A dívida consolidada, totalizando R\$ 1,5 milhões, foi parcelada 6 (seis) parcelas de R\$ 241,3 mil, acrescidas da variação do INPC mais 7% ao ano, vencendo-se a primeira em 31 de julho de 2016 e a última em 31 de janeiro de 2017. Os valores do referido contrato de dívida entraram no processo de Recuperação Judicial da Patrocinadora, conforme mais detalhadamente descrito na nota 4.2.3.com valor atualizado, em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 1,677 mil (R\$ 1,839 mil em 2017). Em 13 de novembro de 2017 o Conselho de Deliberativo da Mendesprev aprovou o voto a favor da recuperação, por entender as razões da Patrocinadora. No dia 27 de novembro de 2017 foi realizada a primeira assembleia geral dos credores, no decurso da qual os credores quirografários apresentaram uma contraproposta ao plano de Recuperação Judicial. Em 25 de janeiro de 2018 a Patrocinadora apresentou uma nova proposta que foi homologada em 17 de maio de 2018 quando ficou determinado que todos os créditos deveriam ser corrigidos pelo INPC sem acréscimo de juros. A exclusão dos juros de 7% adotado no contrato foi realizado em maio de 2018, adequando-se à metodologia do cálculo. O Relatório n.º 36/2018 emitido pela PREVIC determina o reconhecimento do deságio. O registro do deságio foi realizado em novembro de 2018 no montante de R\$ R\$ 740 mil. A realização deste Ativo no montante de R\$ 1,1 milhões (após reconhecimento do ágio) está sujeita a evolução favorável do processo de recuperação judicial e o cumprimento da opção de plano de recuperação homologado e acordado com a patrocinadora Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. A Mendesprev não efetuou qualquer provisão para eventuais perdas que possam advir de eventual acordo nas referidas assembleias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
- 4- Conforme descrito na nota 4.4.2, a rubrica “Títulos Públicos Municipais” está representada por precatórios

da Prefeitura de São Paulo, que totalizam R\$ 44.529 mil. Porém a Prefeitura de São Paulo, na pretensa intenção de quitação de seu passivo, efetuou depósito judicial no valor de R\$ 26,2 milhões que foi convertido para a conta corrente do plano misto de benefícios em 15 de outubro de 2018 no montante de 22,8 milhões após atualizações, descontos de honorários advocatícios e de imposto de renda na fonte. Este valor foi impugnado pela Mendesprev, em função de discordância quanto aos cálculos de correção monetária e de juros de mora para pagamento do referido precatório, tendo à mesma solicitado a expedição de precatório complementar que adote os parâmetros legais de correção definidos pelo STF (Superior Tribunal Federal). A realização deste Ativo ou precatório complementar no montante de R\$ 24,3 milhões está sujeita a evolução favorável do processo, patrocinado pela Mendesprev, quanto à revisão dos cálculos efetuados pela Prefeitura. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 5- Conforme mais detalhadamente descrito na nota 4.4.9 a rubrica “Outros Realizáveis” está representada por direito creditório repassado em juízo pela patrocinadora Mendes Júnior Engenharia S.A. em pagamentos de contribuições para planos de benefícios vencidas e não pagas. Referido direito creditório é decorrente de Ação de Execução Judicial movido pela Mendes Junior Engenharia S.A. contra a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, referente ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio. Em 02 de junho de 2015 o juiz da 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, emitiu e encaminhou à Comarca de Recife/PE, carta precatória contendo despacho judicial, onde solicita a penhora no rosto dos Autos nº 001.1995.086019-1/000 e 0086019-37.1995.8.17.0001, que tramita perante a 12ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE, de montante suficiente para fazer face a lide.

Com base em parecer jurídico, a Mendesprev reconheceu que ao aceitar como pagamento o direito creditório repassado em juízo, a Patrocinadora deixou de ser devedora, portanto, classificou o valor de R\$ 102,3 milhões no grupo de “Outros Investimentos”. A atualização, dos valores, continuou a mesma, IGP-M acrescidos de 8% ao ano, perfazendo um montante de R\$ 159,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. A realização desse ativo está sujeita ao desfecho final favorável da referida ação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 6- Conforme descrito na nota 4.4.8. em 11 de abril de 2018, o Juiz da 24ª Vara Federal do Estado de Minas Gerais determinou o bloqueio de contas correntes e investimentos da Mendesprev no valor de R\$ 10 Milhões. Os bloqueios referem-se aos autos da Execução Fiscal nº 0007266-27.1997.4.01.3800, onde a Fazenda Nacional move em face dos representantes da Mendes Junior Engenharia S.A., que em decisão entende que há ineficácia em relação ao credor

exequente de cessão de crédito de precatórios em favor da Mendesprev, estando contabilizados sob a rubrica “Valores Bloqueados Judicialmente”. No mês de novembro, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar, os valores bloqueados judicialmente foram reclassificados do grupo “Outros Realizáveis” para “Depósitos Judiciais” no montante de 11 milhões em 31 e dezembro de 2018. A Diretoria Executiva da Mendesprev tomou providências cabíveis junto a Patrocinadora e, contratou consultoria jurídica, tendo impetrado os recursos cabíveis para liberação da quantia constrita. A realização desse ativo está sujeita ao desfecho final favorável da referida ação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- 7- Conforme mencionado na nota 4.9 e evidenciado na Demonstração das Provisões Técnicas, o plano misto de benefícios, relativo ao encerramento do exercício de 2018, encontra-se com insuficiência de cobertura das provisões matemáticas da ordem de R\$ 20 Milhões, o que demonstra a incapacidade do patrimônio de lastrear a integralidade das provisões matemáticas de benefícios concedidos, situação essa que pode resultar em dificuldades de honrar os compromissos dos atuais assistidos do plano. Apesar do referido déficit não superar o limite de Déficit Técnico Acumulado disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a ponto de requerer, sob o viés normativo, ações imediatas de equilíbrio técnico do plano, a recomendação apresentada no Parecer Atuarial destaca e recomenda a avaliação da necessidade, após aprofundamento dos estudos das causas da manutenção do resultado deficitário, da elaboração de plano de equacionamento do déficit técnico existente, por custeio extraordinário, elevando dessa forma os ativos garantidores a um patamar suficiente para honrar os compromissos atuais junto aos atuais assistidos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
- Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S
CRC-01-MG-4553 – O
CVM-2682

Alexandre Oliveira Chagas
Auditor Responsável
CRC-MG- 075751 – O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

As demonstrações contábeis foram analisadas pelo Conselho Fiscal e o parecer foi emitido em 21 de março de 2019, com os seguintes dizeres:

“No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mendesprev Sociedade Previdenciária, em reunião realizada nesta data, na sede da Entidade, localizada na Avenida João Pinheiro, nº 146 – 6º andar, Centro, Belo Horizonte – MG, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrim nio Social Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, e com base nos Pareceres Atuariais do Plano Misto de Benefícios

e Plano CD de Benefícios, emitidos pelo atuário Thiago Fialho de Souza, em 01 de março de 2019, entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as mutações patrimoniais e os resultados de suas operações, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar. Ante o exposto, concluímos que as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Mendesprev Sociedade Previdenciária reúnem as condições necessárias **para serem aceitas e aprovadas por este Conselho Fiscal**, em cumprimento com o que determina o Estatuto da Entidade, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo”

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Mendesprev são: João Bosco de Albuquerque Pinto Coelho (presidente), Maria Bernadete Belizário Maia e Laercio Raimundo Rodrigues.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo e o manifesto foi emitido em 25 de março de 2019, com os seguintes dizeres:

“Comunicamos a Diretoria Executiva da **Mendesprev Sociedade Previdenciária**, para conhecimento e providências, que em reunião realizada em 25 de março de 2019, na sala de reunião da Mendesprev, localizada na Avenida João Pinheiro, nº 146 – 6º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, o Conselho Deliberativo manifesta

favoravelmente a aprovação das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, nos seguintes termos:

O Conselho Deliberativo, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após proceder ao exame do Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrim nio Social Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, com base nos Pareceres Atuariais do Plano Misto de Benefícios e do Plano CD de Benefícios, emitido pela atuário Thiago Fialho de Souza, em 01 de març o de 2019 e no Parecer do Conselho Fiscal emitido em 21 de març o de 2019, **manifesta pela aprovação das Demonstrações Contábeis** da Mendesprev Sociedade Previdenciária, posicionadas em 31 de dezembro de 2018 e, determina o encaminhamento a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em cumprimento as exigências legais. Determina, também, a devida divulgação quanto a aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018 aos Patrocinadores e a todos os Participantes dos Planos Misto e CD de Benefícios”.

Os membros titulares do Conselho Deliberativo da Mendesprev são: Victório Duque Semionato, Múcio Cordeiro de Melo e Carlos Alberto da Silva Oliveira.

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

- Marcelo Rodrigues Campos – Diretor Superintendente e Administrativo e Financeiro
- Márley Janaina de Castro – Diretora de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO

- Victório Duque Semionato – Presidente
- Carlos Alberto da Silva Oliveira
- Múcio Cordeiro de Melo

CONSELHO FISCAL

- João Bosco de Albuquerque P. Coelho – Presidente
- Laércio Raimundo Rodrigues
- Maria Bernadete Belizário Maia

PATROCINADORAS

Plano Misto de Benefícios

- Mendes Júnior Participações S.A.;
- Mendes Júnior Engenharia S.A.;
- Mendes Júnior Empreendimentos, Montagens e Serviços Ltda.;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.;
- TAMIG – Taxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Edificadora S.A.;
- Florestas Mendes Júnior Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária.

Plano CD de Benefícios

- Mendes Júnior Participações S.A.;
- Mendes Júnior Engenharia S.A.;
- Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.;
- TAMIG – Taxi Aéreo Minas Gerais Ltda.;
- Mendesprev Sociedade Previdenciária;
- Mendes Júnior Concessões S.A.



MENDESPREV
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

MENDESPREV SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA

Av. João Pinheiro, 146 – 6º andar – Centro – CEP: 30.130-927

Belo Horizonte – MG – Telefone: (31) 2121-9930 – Fax: (31) 2121-9937

www.mendesprev.org.br